

Lá onde se lê “intersubjetividade”, leia-se “diálogo”: Benveniste e o “problema do ‘outro’”

Giovane Fernandes Oliveira*

Resumo

Este artigo tem por objetivo submeter a um exame crítico o problema do “outro” na teorização enunciativa de Émile Benveniste. Como ponto de partida, toma-se uma nota manuscrita do linguista em que se lê: “o problema do ‘outro’ (frequente, a estudar)”. Se é verdade que não houve tempo para Benveniste dedicar um “estudo” exclusivo a tal problema, não é menos verdade que este é “frequente” em sua obra, do que dão testemunho quatro artigos aqui examinados, os quais cobrem diferentes décadas de sua carreira, sendo marcos de um percurso intelectual que vai dos anos 1940 aos anos 1960. Após a análise individual de cada texto, procede-se a uma análise de conjunto, cujos resultados permitem sustentar duas conclusões. Primeira conclusão: se o “eu” é pessoa subjetiva e o “tu” é pessoa não subjetiva, visto que apenas o “eu” enuncia, então a relação enunciativa define-se em termos não de intersubjetividade (relação entre “sujeitos”), mas de diálogo (relação entre locutores, cada um dos quais se situa alternadamente como sujeito ao enunciar). Segunda conclusão: o problema do “outro” é teorizado por Benveniste sob dois ângulos – por um lado, como condição **de** diálogo (polaridade fundamental) fundante da enunciação e, logo, anterior a ela; por outro lado, como estrutura **do** diálogo (consequência pragmática) instalada pela enunciação e, assim, posterior a ela.

Palavras-chave: intersubjetividade; diálogo; alteridade; enunciação; Émile Benveniste.

* Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Doutor em Letras – Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor de Linguística do Centro de Letras e Comunicação (CLC) da UFPEL. Pesquisador de Pós-Doutorado Júnior (PDJ/CNPq) no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8251-8353>.

Là où il est écrit « intersubjectivité », lisez « dialogue » : Benveniste et le « problème de l'‘autre’ »

Résumé

Cet article a pour but de soumettre à un examen critique le problème de l'« autre » dans la théorisation énonciative d'Émile Benveniste. Comme point de départ, on prend une note manuscrite du linguiste qui dit: « Le problème de l'‘autre’ (fréquent, à étudier) ». S'il est vrai que Benveniste n'a pas eu le temps de consacrer une « étude » exclusive à ce problème, il n'en est pas moins vrai qu'il est « fréquent » dans son œuvre, comme en témoignent quatre articles examinés ici, lesquels couvrent différentes décennies de sa carrière et sont des jalons d'un parcours intellectuel s'étendant des années 1940 aux années 1960. Après avoir analysé chaque texte individuellement, on procède à une analyse d'ensemble, dont les résultats étayent deux conclusions. Première conclusion: si le « je » est une personne subjective et le « tu » est une personne non subjective, puisque seul le « je » énonce, alors la relation énonciative se définit non pas en termes d'intersubjectivité (une relation entre des « sujets »), mais de dialogue (une relation entre des locuteurs, chacun se posant alternativement comme sujet en énonçant). Deuxième conclusion: le problème de « l'autre » est théorisé par Benveniste sous deux angles – d'une part, comme condition **de** dialogue (polarité fondamentale) fondatrice de l'énonciation et, par conséquent, antérieure à celle-ci; d'autre part, comme structure **du** dialogue (conséquence pragmatique) installée par l'énonciation et, donc, postérieure à celle-ci.

Mots-clé : intersubjectivité ; dialogue ; altérité ; énonciation ; Émile Benveniste.

Recebido em: 03/08/2025 // Aceito em: 27/11/2025

Intervir filosoficamente obriga a tomar partido: eu tomo partido *pelo* fogo de um trabalho crítico, que, muito provavelmente, acabará por destruir a cidadela da “Tríplice Aliança” como tal, embora haja, ao mesmo tempo, a possibilidade de que, por essa via, algo novo venha a nascer – *contra* o fogo incinerador que só produz fumaça. (Pêcheux, [1975]/1997, p. 294)

Introdução

Talvez cause espécie ao leitor iniciar um texto sobre Émile Benveniste com uma epígrafe de Michel Pêcheux, filósofo que teceu críticas tenazes ao linguista¹. Encontro, porém, duas justificativas para um tal início.

Uma primeira justificativa é o fato de que, se é verdade que Pêcheux criticou Benveniste em alguns momentos, é também verdade que o homenageou em pelo menos dois momentos. Em 1971, Pêcheux publica o artigo “A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso”, em número da revista *Langage* dedicado a Benveniste, que acabara de sofrer o AVC que o deixou afásico e imobilizado; curiosamente, o linguista não é citado no texto – uma homenagem silenciosa. Em 1982, Pêcheux publica o artigo “Sobre a (des-)construção das teorias linguísticas”, cujas seções são todas intituladas com epígrafes de Benveniste – uma homenagem explícita.

Uma segunda justificativa é o fato de a epígrafe ser retirada de um texto em que Pêcheux realiza uma autocrítica relativamente a escritos anteriores seus no que concerne ao que ele qualifica como um fracasso da “Tríplice Aliança” (marxismo, linguística

¹ Embora a posição de Pêcheux acerca de Benveniste não tenha sido sempre a mesma, como pontua Maldidier ([1991]/2003, p. 97) ao mencionar os “linguistas de Pêcheux”, dentre os quais “Benveniste a quem ele fez justiça tardiamente”.

e psicanálise). É também de uma autocrítica que trata o presente texto, uma autocrítica relativamente a escritos anteriores meus que, filiados teoricamente a Benveniste, insistiram em um termo tão pouco frequente quanto controverso em seus artigos: o termo “intersubjetividade”. Foi somente após ter conduzido, mais recentemente, um estudo retrospectivo no campo da aquisição de linguagem (Oliveira, no prelo²) que pude reconhecer aquilo que antes eu não reconhecia, ou melhor, teimava em não reconhecer: um ponto cego na argumentação benvenistiana atinente ao termo em questão. Afinal, verdade seja dita, eu havia já me questionado sobre esse ponto cego, o que justifica o adjetivo “controverso” há pouco empregado.

Tal questionamento já havia se feito sentir com mais força em dois estudos de maior fôlego. O primeiro, de caráter intrateórico, consiste em um livro no qual examino o problema da referência na teoria da linguagem benvenistiana, mais precisamente em suas teorizações acerca da semiologia e da enunciação (Oliveira, 2022a). O segundo, de caráter teórico-analítico, consiste em minha tese de doutoramento, na qual busco delinear os contornos de uma perspectiva semiológico-enunciativa da aquisição da escrita (Oliveira, 2022b). Se o livro me obrigou a mergulhar nos *Problemas de linguística geral I e II*, a fim de deslindar o que a mim figurava como uma intrincada trama de termos, noções e conceitos atados ao problema da referência, a tese me pôs cara a cara com a empiria linguística resultante do trabalho de campo – nesse caso, uma empiria ainda

2 Em resposta a um comentário de parecerista, segundo o qual havia um “excesso de citações autorreferenciais” neste artigo, esclareço que as oito citações a trabalhos anteriores de minha autoria (quatro nesta introdução, uma na conclusão, três em notas de rodapé) são todas citações a título de contextualização – seja das origens do presente estudo (cfe. as três primeiras citações desta introdução), seja das perspectivas futuras de investigação a partir dele (cfe. a citação da conclusão), seja das complementações de informações veiculadas no texto (cfe. a quarta citação da introdução e as três citações de rodapé). Nenhuma dessas citações é, portanto, utilizada para “sustentar os argumentos dos achados deste estudo”. De minha parte, creio que situar um trabalho em um conjunto mais amplo de trabalhos próprios é um movimento comum de pesquisadores que têm agenda de pesquisa.

mais opaca, ainda mais resistente à teorização e à análise, porque oriunda de uma língua em constituição, rebelde à aplicação de categorias elaboradas com vistas à língua constituída.

Na origem da empreitada aqui iniciada, estão duas fagulhas teóricas, uma externa e outra interna. A fagulha externa envolve o estudo retrospectivo anteriormente referido, em que o exame de duas visões do diálogo na aquisição da língua materna – uma visão dual (criança-outro) e uma visão triádica (criança-outro-língua)³ – levou-me a constatar que a primeira visão, na qual a língua como ordem própria não encontra lugar, caracteriza-se pelo psicologismo atribuído ao termo “intersubjetividade”: “A criança apreende a ‘ideia’ de **intersubjetividade** – que os outros têm **intenções**” (Bruner, 1975, p. 8, grifo próprio).

Por sua vez, a fagulha interna envolve o ponto cego também anteriormente referido: se podemos “definir o ‘tu’ como a **pessoa não subjetiva**, em face da **pessoa subjetiva** que ‘eu’ representa” (Benveniste, [1946]/1966, p. 232, grifo próprio)⁴, visto que apenas o “eu” enuncia, como podemos falar em “intersubjetividade” ou em “comunicação intersubjetiva” se a relação “eu-tu” é uma relação não entre sujeitos, mas entre uma pessoa subjetiva e uma pessoa não subjetiva?

Juntas, essas duas fagulhas acendem o fogo do trabalho crítico ora introduzido. Contudo, a fagulha externa não tem, aqui, senão o lugar de exterior teórico ao qual se vai e do qual se volta com um olhar outro para o interior teórico, ou seja, para a fagulha interna. Não é, pois, de aquisição em um viés histórico ou teórico que aqui tratarei, mas de enunciação em um viés intrateórico.

3 Visões representadas, respectivamente, por Bruner (1975) e por De Lemos (2002).

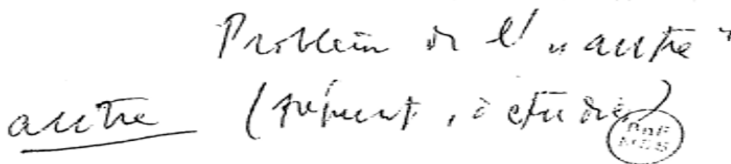
4 Devido a questões de tradução, serão referidos, aqui, os textos benvenistianos em suas versões originais em francês, sendo as citações por mim traduzidas. Registro, ainda, que é também de minha responsabilidade a tradução de citações de textos de outros autores sem tradução para o português.

Antes, no entanto, exponho uma nota manuscrita de Benveniste que serve de ponto de partida a este estudo.

Em 2008, na França, Chloé Laplantine defende sua tese de doutoramento, na qual apresenta e transcreve manuscritos inéditos de Émile Benveniste sobre a linguagem poética. Tais manuscritos, datados de 1967, são apresentados e transcritos nos anexos da tese⁵. Nesses anexos, no envelope 21, fólio 39, encontra-se a nota reproduzida em fac-símile a seguir (Imagem 1), acompanhada da transcrição diplomática de Laplantine (Imagem 2) e da tradução que fiz dessa transcrição.

⁵ Em 2011, a tese e os anexos são publicados como livros: o volume da tese intitula-se *Benveniste, l'inconscient et le poème* (Laplantine, 2011); o volume dos anexos intitula-se *Baudelaire* (Benveniste, 2011).

Imagem 1 – Nota de Benveniste sobre o “problema do ‘outro’”



Fonte: Baudelaire (21, fº39/ fº247)⁶.

Imagem 2 – Transcrição diplomática de Laplantine

BAUDELAIRE, 21, fº39

fº247

Petit papier blanc, l = 10, 7, h = 13,6, stylo à bille bleu clair.

Problème de l' « autre »

autre (fréquent, à étudier)

Fonte: Baudelaire (21, fº39/ fº247).

BAUDELAIRE, 21, fº39

fº247

Pequeno papel branco, l = 10, 7, h = 13,6, caneta azul claro

“Problema do ‘outro’

outro (frequente, a estudar)”

(Baudelaire, 21, fº39/ fº247).

⁶ Sigo, aqui, a convenção adotada por Laplantine para referir-se aos manuscritos (cfe. Imagem 2): “Baudelaire, 21, fº39, fº247”, em que “21” corresponde ao número do envelope, “fº39” corresponde ao número do fôlio no interior do envelope e “fº247” corresponde ao número do fôlio no conjunto que compõe com os demais fôlios.

Observando o sublinhado e os parênteses dessa nota (aos quais eu acrescentaria as aspas simples), Capt (2015) os considera como um “convite ao aprofundamento”. A esse aprofundamento, o autor procede teorizando sobre o “problema do ‘outro’” na linguagem poética, mais precisamente na “língua de Baudelaire”. De minha parte, proponho-me, aqui, a aprofundar tal problema (daqui por diante, também “problema da alteridade” ou, simplesmente, “alteridade”) não o teorizando **a partir de** Benveniste, mas o submetendo a um exame crítico **em** Benveniste.

Para tanto, revisitarei quatro textos do linguista que, embora não sejam exclusivamente voltados ao problema da alteridade, apresentam as principais ideias concernentes ao ponto cego sobre o qual o presente estudo pretende jogar alguma luz. Refiro-me aos artigos “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (1946), “A natureza dos pronomes” (1956), “Da subjetividade na linguagem” (1958) e “O aparelho formal da enunciação” (1970), cada um analisado individualmente em uma das quatro seções a seguir, após as quais uma quinta seção dá lugar a uma análise de conjunto.

Trata-se de uma seleção de textos feita a partir de dois critérios, um de inclusão e outro de exclusão. A partir do critério de inclusão, detenho-me em artigos representativos da teorização enunciativa de Benveniste e, no interior destes, nas reflexões mais centradas nas noções de “pessoa” e de “intersubjetividade/diálogo”. A partir do critério de exclusão, deixo de fora reflexões desses estudos mais centradas nas noções de “não pessoa”, de “tempo” e de “referência” (ver, a esse respeito, Oliveira, 2022a), bem como outros artigos do autor que introduzem ideias acerca da alteridade, mas se situam mais no âmbito de sua teorização semiológica.

1 O problema do “outro” em “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (1946)

Em “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (1946), Benveniste esboça uma “teoria linguística da pessoa verbal”. Tal esboço parte da consideração de três tradições gramaticais: a grega, a indiana e a árabe. As duas primeiras tradições distinguem três pessoas às quais se referem as formas verbais, alinhando-as em um paradigma simétrico, mas o fazem em ordem inversa: na tradição grega, há a primeira pessoa, a segunda pessoa e a terceira pessoa; na tradição indiana, há a primeira pessoa (equivalente à terceira dos gregos), a pessoa intermediária (equivalente à segunda dos gregos) e a última pessoa (equivalente à primeira dos gregos). Já a tradição árabe, embora distinga três pessoas, qualifica-as de maneira tal que demarca a não simetria entre as duas primeiras (aquele que fala e aquele a quem se dirige) e a terceira (aquele que está ausente).

Tal não simetria é ilustrada por Benveniste com diferenças formais da “terceira pessoa” relativamente às duas primeiras em diversas línguas, diferenças a partir das quais ele tira uma conclusão: “a pessoa não é própria senão às **posições ‘eu’ e ‘tu’**”. A terceira pessoa é, em virtude da sua estrutura mesma, a **forma não pessoal** da flexão verbal” (Benveniste, [1946]/1966, p. 230, grifo próprio). Essa conclusão é ressaltada por duas características exclusivas de “eu” e de “tu” e por uma característica exclusiva de “ele”: (1) a **unicidade de “eu” e de “tu”** (os quais são únicos a cada enunciação, enquanto o “ele” pode ser uma infinidade de “sujeitos” ou nenhum); (2) a **inversibilidade de “eu” e de “tu”** (os quais são posições mutuamente inversíveis na alternância de enunciações, enquanto o “ele” não se inverte nem em “eu” nem

em “tu”); (3) a **predicabilidade de “ele”** (o qual é o único passível de predicação verbal, pois é aquilo de que “eu” fala a “tu”).

À luz dessas características, Benveniste propõe duas correlações. A primeira é a **correlação de pessoalidade**, que opõe as pessoas “eu” e “tu” (únicas e inversíveis, mas não predicáveis) à não pessoa “ele” (predicável, mas não única e inversível). A segunda é a **correlação de subjetividade**, interna à anterior, que opõe a pessoa subjetiva “eu” à pessoa não subjetiva “tu”. A “subjetividade” presente em “eu” e ausente em “tu” deve-se a duas outras características de “eu”:

O que diferencia “eu” de “tu” é, em primeiro lugar, o fato de ser, no caso de “eu”, *interior* ao enunciado e exterior a “tu”, mas exterior de uma maneira que não suprime a realidade humana do diálogo; [...] além disso, “eu” é sempre *transcendente* relativamente a “tu”. Quando saio de “mim” para estabelecer uma relação viva com um ser, encontro ou situo necessariamente um “tu”, que é, fora de mim, a única “pessoa imaginável”. Essas qualidades de interioridade e de transcendência pertencem particularmente ao “eu” e se invertem em “tu”. Poder-se-á, então, definir o “tu” como a pessoa não subjetiva, em face da pessoa subjetiva que “eu” representa; e essas duas “pessoas” se oporão juntas à forma de “não pessoa” (= “ele”). (Benveniste, [1946]/1966, p. 232).

Interioridade e transcendência: eis as duas características que distinguem o “eu” do “tu”. O primeiro é uma pessoa subjetiva, pois é a posição que enuncia e que, ao enunciar, situa-se como interior ao enunciado e como exterior ao “tu”. O segundo é uma pessoa não subjetiva, pois é a posição que não enuncia e que, não enunciando, permanece fora do enunciado, mas um “fora” que não deixa de ser um “dentro”, pois é aí situado **necessariamente** pelo “eu”, que, ao fazê-lo, transcende-o. Trata-se, porém, de

uma transcendência tão somente temporal, que não suprime a “realidade humana do diálogo”, mas a supõe como uma necessidade: o “eu” só é transcendente a “tu” no instante mesmo em que enuncia, mas, quando as posições se invertem, o “tu” passa a ser “eu” e assume as características de transcendência e de interioridade.

Dessa maneira, ainda que as noções de “pessoa”, de “pessoalidade” e de “subjetividade” não sejam definidas nesse texto, o percurso teórico nele trilhado autoriza alguns entendimentos. A **pessoa** pode ser entendida como **posição na realidade humana do diálogo**: há a posição que enuncia (pessoa “eu”) e a posição que não enuncia (pessoa “tu”). Já a **pessoalidade** pode ser entendida como um **traço de natureza linguística definível pelas características de unicidade e de inversibilidade**: não pessoa, o “ele” não é uma posição no diálogo, por não ser único e inversível como as pessoas/posições “eu” e “tu”. Por sua vez, a subjetividade pode ser entendida como um **traço de natureza linguística definível pelas características de interioridade e de transcendência**: pessoa subjetiva, o “eu” é o único interior ao enunciado e transcendente ao “tu”, pessoa não subjetiva, sendo a possibilidade de enunciar facultada apenas ao primeiro, jamais ao segundo.

O Quadro 1, a seguir, sintetiza a reflexão sobre a alteridade no artigo de 1946.

Quadro 1 – Síntese da reflexão sobre a alteridade em “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (1946)

CORRELAÇÃO DE PESSOALIDADE		CORRELAÇÃO DE SUBJETIVIDADE	
Pessoas	Não pessoa	Pessoa subjetiva	Pessoa não subjetiva
<i>eu e tu</i>	<i>ele</i>	<i>eu</i>	<i>tu</i>
• <u>unicidade</u> • <u>inversibilidade</u>	• <u>predicação verbal</u>	• <u>interioridade</u> • <u>transcendência</u>	

Fonte: Elaborado pelo autor.

2 O problema do “outro” em “A natureza dos pronomes” (1956)

Dez anos após “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (1946), Benveniste volta a abordar as categorias de pessoa e de não pessoa, desta vez se debruçando não sobre as formas verbais, mas sobre as formas pronominais. Em “A natureza dos pronomes” (1956), podem ser destacados três pontos relativos ao problema do “outro”.

O primeiro ponto diz respeito à introdução do termo “intersubjetividade”, mais precisamente sob a forma adjetiva. Nesse texto, o autor atribui, aos pronomes pessoais, a resolução de um grande problema, “o qual não é outro senão o problema da comunicação intersubjetiva” (Benveniste, [1956]/1966, p. 254). Segundo ele, se, para cada locutor, houvesse um signo único, “haveria praticamente tantas línguas quantos indivíduos e a comunicação se tornaria estritamente impossível” (Benveniste, [1956]/1966, p. 254). O que possibilita a comunicação intersubjetiva é o fato de os pronomes “eu” e “tu” (e os demais dêiticos pessoais, espaciais e temporais, como outros pronomes pessoais, verbos, advérbios e locuções adverbiais) serem “signos ‘vazios’, não referenciais com relação à ‘realidade’, sempre

disponíveis, e que se tornam ‘plenos’ assim que um locutor os assume em cada instância de seu discurso” (Benveniste, [1956]/1966, p. 254).

O segundo ponto concerne à introdução da distinção entre “locutor(es)” e “sujeito”: “É identificando-se como pessoa única pronunciando *eu* que cada um dos locutores se situa, alternadamente, como ‘sujeito’” (Benveniste, [1956]/1966, p. 254). Dessa citação, pode-se derivar alguns entendimentos: a) se o locutor “se situa” como sujeito, então o sujeito é uma **posição**, termo utilizado no artigo anterior para distinguir as pessoas “eu” e “tu” da não pessoa “ele”; b) se “eu” e “tu” são, respectivamente, “pessoa subjetiva” e “pessoa não subjetiva”, então se pode falar em **posição pessoal subjetiva** e em **posição pessoal não subjetiva**; c) a posição pessoal subjetiva não pode ser assumida senão por um locutor de cada vez (“alternadamente”), sendo a pronúncia do signo vazio “eu” que assinala mais nitidamente essa alternância.

O terceiro ponto envolve a distinção entre “instância de discurso” e “instância linguística”:

Eu designa “a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*”. Instância única por definição e válida somente na sua unicidade. [...] *eu* não pode ser identificado senão pela instância de discurso que o contém e por aí somente. Ele não vale senão na instância em que é produzido. Mas, paralelamente, é também enquanto instância de forma *eu* que ele deve ser tomado; a forma *eu* não tem existência linguística senão no ato de fala que a profere. Há, pois, nesse processo, uma dupla instância conjugada: instância de *eu* como referente e instância de discurso que contém *eu* como referido. A definição pode, então, precisar-se assim: *eu* é o “indivíduo que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância linguística *eu*”. Consequentemente, introduzindo-se a situação

de “alocução”, obtém-se uma definição simétrica para *tu*, como o “indivíduo alocutado na presente instância de discurso que contém a instância linguística *tu*”. Essas definições visam *eu* e *tu* como categoria da linguagem e se relacionam à sua posição na linguagem. Não consideramos as formas específicas dessa categoria nas línguas dadas e pouco importa se tais formas devem figurar explicitamente no discurso ou podem aí permanecer implícitas. (Benveniste, [1956]/1966, p. 254-255).

Três ideias, aqui, chamam a atenção: a) no início da citação, a “dupla instância conjugada” é associada a uma **instância de discurso** (a do “eu” como referente, indivíduo locutor) e a uma **instância linguística/de forma** (a do “eu” como referido, indicador de locução); b) no meio da citação, se a instância de discurso segue sendo remetida ao “eu”, a instância linguística se estende ao “tu” (a do **indivíduo “alocutado”**, adjetivo que realça a transcendência do “eu” relativamente ao “tu”); c) no fim da citação, os termos “categoria” e “posição”, introduzidos em 1946, são novamente utilizados para qualificarem “eu” e “tu”, os quais, se são **formas** (indicadoras de locução e de alocução, respectivamente) que variam conforme as línguas e que podem ou não ser explicitadas discursivamente, são, sobretudo, **posições** (uma posição subjetiva e uma posição não subjetiva, respectivamente) que, juntas, integram uma **categoria** fundamental da linguagem (a de pessoa).

⁷ Em Oliveira (2022a), problematizo a expressão “definição simétrica” presente na citação recuada acima: “Benveniste introduz, aí, a ‘situação de alocução’ e deriva uma ‘definição simétrica para tu’, concebendo-o como ‘o indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância linguística *tu*’”. Mas seria essa definição realmente simétrica? Comportaria também o *tu* uma dupla instância conjugada? Ora, o adjetivo *alocutado* sugere que o *tu* é sempre uma instância referida, jamais uma instância referente, pois é situado na alocução pelo *eu* e, quando refere, deixa de ser *tu*, passando a ser *eu*. Logo, não se trata de uma dupla instância conjugada tanto para *eu* quanto para *tu*, mas de uma única instância de discurso (*eu referente*) que contém duas instâncias linguísticas (*eu referido*, signo do indivíduo locutor, e *tu*, signo do indivíduo alocutado)” (Oliveira, 2022a, p. 67).

A não simetria entre as duas posições internas a essa categoria é enfatizada na seguinte passagem, dentre outras: “Quando o indivíduo se apropria dela, a linguagem se converte em instâncias de discurso, caracterizadas por esse sistema de referências internas cuja chave é *eu* e que define o indivíduo pela construção linguística particular da qual ele se serve quando se enuncia” (Benveniste, [1956]/1966, p. 255). “Sistema de referências internas”, “construção linguística particular”: outros termos que glosam o sujeito como efeito da enunciação do locutor, como posição em que este se situa discursivamente enquanto “eu”, ao mesmo tempo que situa o outro enquanto “tu”.

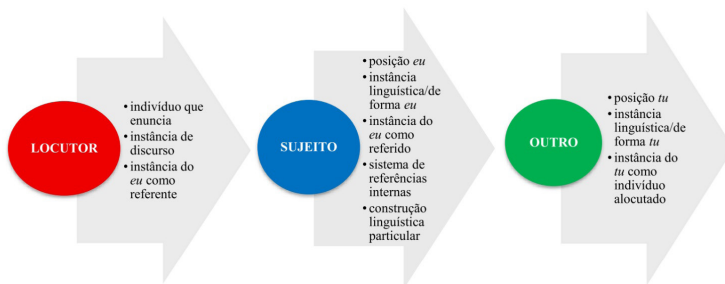
Antes de encerrar o exame de “A natureza dos pronomes” (1956), gostaria de chamar a atenção, na citação recuada anterior, para o complemento “linguagem” nas expressões “categoria da linguagem” e “posição na linguagem”. Nos textos benvenistianos, encontramos acepções teóricas e acepções não teóricas do termo “linguagem”. No texto examinado nesta seção, há duas acepções teóricas: “O hábito nos torna facilmente insensíveis a essa diferença profunda entre a linguagem como sistema de signos e a linguagem assumida como exercício pelo indivíduo” (Benveniste, 1966 [1956], p. 254). Nas expressões “categoria da linguagem” e “posição na linguagem”, quais são as acepções do termo “linguagem”? Sistema e/ou exercício? Sem ignorar a possibilidade de “linguagem” designar, nessas expressões, a faculdade humana (acepção teórica do termo em outro texto⁸), opto por me manter circunscrito à lógica interna desse artigo de 1956. À luz dessa lógica, compreendo que **linguagem** tem, em “categoria da linguagem”, a acepção de **sistema** e, em “posição na linguagem”, a acepção de **exercício**.

⁸ Trata-se do artigo “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística” (1963), em que o termo “linguagem” é definido em contraste com os termos “línguas” e “língua”: “Essa distinção, que nem sempre se faz, é necessária: a linguagem, faculdade humana, característica universal e imutável do homem, não é a mesma coisa que as línguas, sempre particulares e variáveis, nas quais ela se realiza” (Benveniste, [1963]/1966, p. 19); “a língua forma um sistema. [...] Da base ao topo, desde os sons até as mais complexas formas de expressão, a língua é um arranjo sistemático de partes” (Benveniste, [1963]/1966, p. 19).

Se for lícita uma tal compreensão, então podemos entender a categoria de pessoa como uma **zona do sistema linguístico que abriga os signos vazios**. Já as posições “eu” e “tu” podem ser entendidas como **posições discursivas instauradas no exercício da linguagem**. As formas dêiticas (os signos vazios “eu” e “tu” e as demais formas pessoais, espaciais e temporais, como outros pronomes pessoais, verbos, advérbios e locuções adverbiais) jazem em potência na categoria de pessoa e são atualizadas na instância de discurso, quando o locutor as mobiliza para se situar como “eu” e ao alocutário como “tu”.

O Diagrama 1, a seguir, sintetiza a reflexão sobre a alteridade no artigo de 1956⁹.

Diagrama 1 – Síntese da reflexão sobre a alteridade em “A natureza dos pronomes” (1956)



Fonte: Elaborado pelo autor.

3 O problema do “outro” em “Da subjetividade na linguagem” (1958)

Dois anos depois de “A natureza dos pronomes” (1956), Benveniste acrescenta nuances à sua teorização sobre o problema

⁹ Em resposta a outro comentário de parecerista, conforme o qual este diagrama e os demais expostos no presente artigo poderiam levar a um “risco de excesso de didatismo, ao propor uma leitura assertiva no lugar do que deveria ser uma sugestão interpretativa”, esclareço que tais diagramas devem ser lidos como sínteses dos percursos argumentativos que os antecedem. Trata-se, então, de sínteses de “sugestões interpretativas”, e não de “leituras assertivas”.

da alteridade. Em “Da subjetividade na linguagem” (1958), o linguista retoma a distinção “locutor/sujeito”: “É na e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*” (Benveniste, [1958]/1966, p. 259-260); “A linguagem não é possível senão porque cada locutor se situa como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* em seu discurso” (Benveniste, [1958]/1966, p. 260); “É na instância de discurso em que *eu* designa o locutor que este se enuncia como ‘sujeito’” (Benveniste, [1958]/1966, p. 262). A esses excertos, é comum a ideia topológica de **ocupação de uma posição**: o homem/locutor ocupa a posição de sujeito.

Esse “situar-se”/“constituir-se” enunciativamente pode ser pensado em termos de **condição** e de **efeito** da enunciação: “Eu não emprego *eu* senão me dirigindo a alguém, que será, na minha alocação¹⁰, um *tu*. É essa **condição de diálogo** que é constitutiva da *pessoa*, pois implica reciprocidade – que eu me torne *tu* na alocação daquele que, por sua vez, designa-se por *eu*” (Benveniste, [1958]/1966, p. 260). A condição de diálogo é, pois, fundante tanto da pessoa subjetiva “eu” quanto da pessoa não subjetiva “tu”. Tal condição tem como **efeito** o “processo de comunicação”: “A polaridade das pessoas é na linguagem a condição fundamental, da qual o processo de comunicação, de que partimos, não é senão uma consequência totalmente pragmática” (Benveniste, [1958]/1966, p. 262). Essa distinção entre “condição de diálogo/condição fundamental da polaridade das pessoas” e “processo de comunicação/consequência totalmente pragmática” retorna ao fim do artigo, em que a condição é redefinida como **intersubjetividade** e o efeito, como **comunicação linguística**: “Muitas noções na linguística e, talvez, mesmo na psicologia aparecerão sob uma luz diferente

¹⁰ As duas ocorrências do termo “alocução” parecem ter, nessa citação, a acepção de “enunciação”.

se as restabelecemos no quadro do discurso, que é a língua enquanto assumida pelo homem que fala e sob a condição da *intersubjetividade*, única que torna possível a comunicação linguística” (Benveniste, [1958]/1966, p. 289).

Benveniste complexifica essa relação condição-efeito de duas maneiras. Em primeiro lugar, o autor acentua características das pessoas “eu” e “tu” já abordadas em 1946: “Essa polaridade não significa igualdade nem simetria: ‘ego’ tem sempre uma posição de transcendência quanto a *tu*; apesar disso, nenhum dos dois termos se concebe sem o outro; eles são complementares, mas segundo uma oposição ‘interior/exterior’, e, ao mesmo tempo, são reversíveis” (Benveniste, [1958]/1966, p. 260). Dessas características, a **complementaridade “eu-tu”** pode ser situada no âmbito da condição da enunciação (é uma característica fundante desta), ao passo que a **transcendência “eu/tu”** e a **reversibilidade “eu-tu”** podem ser situadas no âmbito do efeito da enunciação (são características resultantes desta). Em segundo lugar, Benveniste expande o terreno da discussão sobre a alteridade, pensando-a não apenas em termos de **relação “eu-outro”**, mas também em termos de **relação “indivíduo-sociedade”**:

Caem, assim, as velhas antinomias do “eu” e do “outro”, do indivíduo e da sociedade. Dualidade que é ilegítimo e errôneo reduzir a um só termo original, quer esse termo único seja o *eu* – que deveria estar instalado na sua própria consciência para abrir-se, então, à do “próximo” –, quer ele seja, ao contrário, a sociedade – que preexistiria como totalidade ao indivíduo e da qual este só se teria destacado à medida que adquirisse a consciência de si mesmo. É em uma realidade dialética que engloba os dois termos e os define por relação mútua que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade. (Benveniste, [1958]/1966, p. 287).

“Dualidade” (e não “antinomia”), “realidade dialética”, “relação mútua”: ao sustentar a dialética constitutiva dos termos “eu-outro/indivíduo-sociedade”, Benveniste não está negando que a sociedade histórica é anterior ao organismo humano individual (aliás, quando aborda a aquisição da língua em outros textos, ele insiste nessa anterioridade). O que o autor faz, aqui, é deslocar os termos em questão do âmbito da antinomia redutora – no qual são tomados empiricamente – para o âmbito da dialética constitutiva – no qual são concebidos em termos de **fundamentos**: a sociedade como o fundamento coletivo da existência humana e o homem como o fundamento antropológico da coletividade, sendo o fundamento linguístico comum a ambos¹¹. Porém, se essa realidade dialética “eu-outro/indivíduo-sociedade” situa-se no âmbito da condição da enunciação, não é menos verdade que também se situa no âmbito do efeito da enunciação, como ilustra a omissão das formas pessoais com vistas a efeitos de polidez e de hierarquização em sociedades extremo-orientais:

Uma língua sem expressão da pessoa é inconcebível. Pode somente ocorrer que, em certas línguas, em certas circunstâncias, esses “pronomes” sejam deliberadamente omitidos; é o caso na maioria das sociedades do Extremo Oriente, onde uma convenção de polidez impõe o emprego de perífrases ou de formas especiais entre certos grupos de indivíduos, para substituir as referências pessoais diretas. Mas esses usos apenas sublinham o valor das formas evitadas; é a existência implícita desses pronomes que dá seu valor social e cultural aos substitutos impostos pelas relações de classe. (Benveniste, [1958]/1966, p. 261).

Com esse deslocamento da antinomia redutora para a dialética constitutiva, segundo Milner (2008), Benveniste rejeita

¹¹ Esse papel fundante da língua fica claro em trecho de “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística” (1963): “A sociedade não é possível senão pela língua; e, pela língua, também o indivíduo” (Benveniste, [1963]/1966, p. 25-26).

tanto o “solipsismo” quanto o “sociologismo”, disjuntando o “individual” e a “subjetividade”, pois “ele funda o sujeito e a subjetividade [e, acrescentaria eu, a alteridade ‘eu-outro/ indivíduo-sociedade’] sobre uma base material: a linguagem enquanto é proferida” (Milner, 2008, p. 130). Essa disjunção não significa que o “indivíduo” não tem lugar no pensamento benvenistiano: sabemos que esse termo figura em muitos textos do linguista, inclusive ao lado dos termos “subjetividade” e “sociedade”; significa, antes, que ele o emprega com acepções distintas dos empregos que tem (têm) na sociologia e alhures. Em Benveniste, o “indivíduo” não se confunde com o “sujeito”: o “indivíduo” diz respeito tanto ao locutor (aquele que diz “eu”) quanto ao alocutário (aquele a quem se diz “tu”). Já o “sujeito” concerne a um efeito da enunciação, uma posição discursiva, ocupável somente pelo locutor, nunca pelo alocutário – ainda que este também seja pensável em termos de posição discursiva quando situado como um “tu” no discurso de “eu”.

Outro aspecto ligado ao problema da alteridade, nesse texto, refere-se à distinção entre os termos “figuras”, “formas” e “pessoa(s)”: “Os termos mesmos dos quais nos servimos aqui, *eu* e *tu*, não devem ser tomados como figuras, mas como formas linguísticas que indicam a ‘pessoa’” (Benveniste, [1958]/1966, p. 261). Nessa citação, o termo **figuras** parece remeter a indivíduos empíricos; o termo **formas**, a signos vazios/dêiticos da língua; o termo **pessoa(s)**, às posições no discurso das quais esses signos são índices. Benveniste não se interessa, aqui, pelo termo “figuras”, o que, como veremos adiante, mudará em “O aparelho formal da enunciação” (1970).

O Diagrama 2, a seguir, sintetiza a reflexão sobre a alteridade no artigo de 1958.

Diagrama 2 – Síntese da reflexão sobre a alteridade em “Da subjetividade na linguagem” (1958)



Fonte: Elaborado pelo autor.

4 O problema do “outro” em “O aparelho formal da enunciação” (1970)

Doze anos após “Da subjetividade na linguagem” (1958), vem a público “O aparelho formal da enunciação” (1970). Trata-se, nos termos de Aresi (2012), de um artigo que é, ao mesmo tempo, um “texto-síntese” e um “texto-programa”. Sintético, o texto o é, pois resume mais de três décadas de estudos enunciativos levados a cabo por Benveniste. Programático, o texto o é, pois abre a teorização sobre a enunciação a horizontes investigativos mais amplos do que a análise de fatos de língua. Dentre tais horizontes, três estão diretamente vinculados ao problema da alteridade.

Um horizonte consiste no **quadro formal de realização da enunciação**. De acordo com Benveniste, “Na enunciação, consideramos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em

que ele se realiza, os instrumentos da realização” (Benveniste, [1970]/1974, p. 81). Cada componente desse quadro – o **ato**, a **situação**¹², os **instrumentos** – é associado à alteridade.

Quanto ao ato de enunciação, este “introduz, em primeiro lugar, o locutor como parâmetro nas condições necessárias à enunciação” (Benveniste, [1970]/1974, p. 81). Que condições são essas? São a relação locutor-língua e a relação locutor-alocutário (ligadas ao componente “ato”), a relação alocação-mundo (ligada ao componente “situação”) e a relação forma-sentido (ligada ao componente “instrumentos”). E por que o locutor é o “parâmetro” nessas condições? Porque, “Antes da enunciação, a língua não é senão a possibilidade da língua. Após a enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno” (Benveniste, [1970]/1974, p. 81). Ao enunciar, o locutor não só atualiza o sistema virtual da língua, mas também “implanta o outro diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a esse outro. Toda enunciação, explícita ou implícita, é uma alocação, postula um alocutário” (Benveniste, [1970]/1974, p. 81).

Quanto à situação, esta pode ser pensada em termos de **referência como condição** e de **referência como efeito** da enunciação. Como condição, trata-se, “no caso do locutor, [d]a necessidade de referir pelo discurso e, no caso do outro, [d]a possibilidade de correferir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um colocutor” (Benveniste, [1970]/1974, p. 82). Como efeito, trata-se do fato de que, “na

12 Apesar de Benveniste empregar, na citação anterior, o termo “situações” (no plural), todo o encaminhamento que ele dá à discussão sobre esse elemento do quadro formal da enunciação autoriza que se fale em “situação” (no singular).

enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo” (Benveniste, [1970]/1974, p. 82), sendo essa certa relação um resultado da atualização da necessidade de referir por parte do locutor.

Quanto aos instrumentos de realização da enunciação, estes “são uns necessários e permanentes, outros incidentais e ligados à particularidade do idioma escolhido” (Benveniste, [1970]/1974, p. 81). Os instrumentos necessários e permanentes são os **índices específicos**: os dêiticos de pessoa, de espaço e de tempo (formas pronominais, verbais, adverbiais), dentre os quais os instrumentos por excelência são os “índices de pessoa (a relação *eu-tu*), que não se produz senão na e pela enunciação: o termo *eu* denotando o indivíduo que profere a enunciação; o termo *tu*, o indivíduo que aí está presente como alocutário” (Benveniste, [1970]/1974, p. 82). Já os instrumentos incidentais e particulares são os **procedimentos acessórios**, dentre os quais Benveniste insere as grandes funções sintáticas (interrogação, intimação, asserção), por intermédio das quais o locutor busca “influenciar de alguma maneira o comportamento do alocutário” (Benveniste, [1970]/1974, p. 84), e as modalidades formais (modos verbais, expressões fraseológicas), “que enunciam atitudes do enunciador do ângulo daquilo que enuncia (expectativa, desejo, apreensão)” (Benveniste, [1970]/1974, p. 85). Também os instrumentos podem ser pensados em termos de condição e de efeito da enunciação: considerando que “O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de uma parte, e por meio de procedimentos acessórios, de outra” (Benveniste, [1970]/1974, p. 85), podemos entender o aparelho formal da língua como os **instrumentos enquanto condição da enunciação** (sua base material) e a

posição de locutor como os **instrumentos enquanto efeito da enunciação** (sua manifestação discursiva).

Outro horizonte implica o **quadro figurativo da enunciação**. Conforme Benveniste,

O que, em geral, caracteriza a enunciação é a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo.

Essa característica situa, por necessidade, o que se pode chamar o *quadro figurativo* da enunciação. Como forma de discurso, a enunciação situa duas “figuras” igualmente necessárias, uma a fonte, outra o alvo da enunciação. É a estrutura do *diálogo*. Duas figuras na posição de parceiros são alternadamente protagonistas da enunciação. Esse quadro é dado necessariamente com a definição da enunciação. (Benveniste, [1970]/1974, p. 85).

Tal citação requer quatro observações.

Primeira observação: o termo “quadro” se reveste de acepções distintas nas expressões “quadro formal de realização da enunciação” e “quadro figurativo da enunciação”. Na primeira expressão, trata-se do conjunto de componentes que deve ser analisado na enunciação (o ato, a situação e os instrumentos). Na segunda expressão, trata-se das figuras situadas pelo ato enunciativo (a figura “eu” e a figura “tu”). As duas expressões não são mutuamente excludentes: **o quadro formal contém o quadro figurativo** – este não corresponde senão ao primeiro componente daquele (o ato, que, produzido pelo locutor, implanta “imediatamente” o alocutário).

Segunda observação: a expressão “grau de presença”, que consta na formulação anterior sobre o locutor “implanta[r] o outro diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a esse outro” (Benveniste, 1974 [1970], p. 81), é esclarecida na primeira parte da citação recuada acima. O **grau de presença**

do outro/parceiro/alocutário diz respeito ao fato de este poder ser real ou imaginado, individual ou coletivo e – retomando outra formulação do mesmo texto – explícito ou implícito. Portanto, a relação discursiva acentuada pela enunciação não se reduz a uma conversação face a face, entre dois indivíduos empíricos e copresentes: trata-se, mais fundamentalmente, de um diálogo estruturado pela língua empregada em um “aqui- agora”, diálogo entre figuras de discurso e, como tais, projetadas enunciativamente.

Terceira observação: os termos “quadro figurativo” e “estrutura do diálogo” são equivalentes do ponto de vista nocional, como indica tanto a expressão predicativa “É a estrutura do *diálogo*” (que glosa o termo “quadro figurativo”) quanto a expressão referencial “Esse quadro” (que retoma o termo “estrutura do diálogo”). Se as ideias de “necessidade de referir” e de “possibilidade de correferir” têm a ver com uma condição da enunciação – a de (co)referência –, a ideia de “quadro figurativo/ estrutura do diálogo” tem a ver com um efeito da enunciação, o qual atualiza o que, antes desse ato, não são senão potências, a saber, a necessidade de referir e a possibilidade de correferir.

Quarta observação: se, em “Da subjetividade na linguagem” (1958), o termo “figuras” é por Benveniste considerado indevido para designar “eu” e “tu”, parecendo remeter a indivíduos empíricos, em “O aparelho formal da enunciação” (1970), tal termo assume uma acepção teórica, sendo empregado para qualificar os protagonistas da enunciação, tomados não empiricamente, mas enunciativamente, como figuras de uma relação discursiva.

Um último horizonte envolve **três casos cujo estatuto dialógico** problematiza Benveniste.

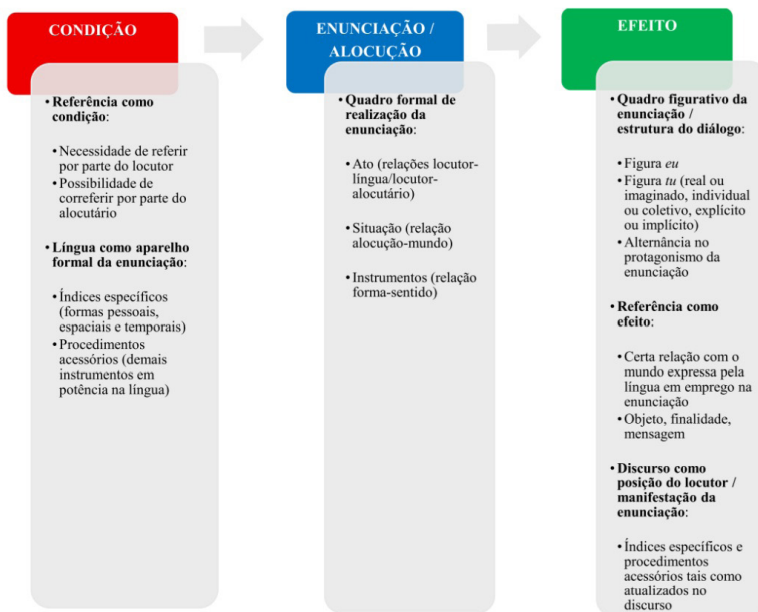
O primeiro caso consiste na possibilidade ou não de “diálogo fora da enunciação” (Benveniste, [1970]/1974, p. 85). O linguista usa como exemplo um jogo praticado pelos merinas, povo de Madagascar, e chamado *hain-teny*. Trata-se de uma **disputa verbal** cujos participantes tentam constranger um ao outro trocando provérbios com habilidade e com malícia. Para o autor, “não se trata, na verdade, nem de diálogo nem de enunciação. Nenhum dos parceiros se enuncia: tudo consiste em provérbios citados e em provérbios opostos citados em réplica. Não há uma única referência explícita ao objeto do debate”, de modo que “Esse jogo não tem senão a aparência de um diálogo” (Benveniste, [1970]/1974, p. 85). Não sendo o *hain-teny* nem enunciação nem diálogo, não há, portanto, nem referência nem correferência, reduzindo-se o jogo a uma troca linguística com fins lúdicos, mas não dialógicos e referenciais.

Já o segundo caso consiste na possibilidade ou não de “enunciação sem diálogo” (Benveniste, [1970]/1974, p. 85). O exemplo de Benveniste, aqui, é o **monólogo**, o qual ele defende ser um **diálogo interiorizado**, “formulado em ‘linguagem interior’, entre um eu locutor e um eu ouvinte” (Benveniste, [1970]/1974, p. 85). Conforme o linguista, o “eu ouvinte” pode permanecer em silêncio, o que já basta para tornar significativa a enunciação do “eu locutor” – do que se pode inferir que a correferência suposta por este em relação àquele é suficiente como condição de sua (do “eu locutor”) produção de referência. Ou o “eu ouvinte” pode intervir, convertendo-se em “eu locutor” e enunciando-se como “primeira pessoa”, “com uma objeção, uma questão, uma dúvida, um insulto” (Benveniste, [1970]/1974, p. 86) – do que se pode inferir que, também no monólogo, há alternância no protagonismo da enunciação e, assim, diálogo.

Por fim, o terceiro caso se situa no “limite do ‘diálogo’” (Benveniste, [1970]/1974, p. 88). Trata-se do que o antropólogo Bronislaw Malinowski chamou de **comunhão fática**, “um tipo de discurso em que os laços de união são criados pela mera troca de palavras” (Malinowski *apud* Benveniste, [1970]/1974, p. 87), a qual não implica reflexão, informação, comunicação entre o locutor e o ouvinte: apenas preenche uma “função social” (Malinowski *apud* Benveniste, [1970]/1974, p. 87) – frases de cortesia, perguntas sobre a saúde, comentários sobre o tempo, o tagarelar juntos sem finalidade. O antropólogo sugere que, na comunhão fática, “a língua não depende do que acontece no momento; parece até privada de qualquer contexto de situação” (Malinowski *apud* Benveniste, [1970]/1974, p. 87). Segundo Benveniste, a comunhão fática se situa no “limite do ‘diálogo’”, sendo “uma forma convencional de enunciação que se volta sobre si mesma, que se satisfaz em sua realização, não comportando nem objeto, nem finalidade, nem mensagem, pura enunciação de falas acordadas, repetidas por cada enunciador” (Benveniste, [1970]/1974, p. 88). Por que o diálogo estaria, aqui, no limite? Uma resposta possível a essa pergunta talvez resida no fato de que, em geral, a enunciação e o diálogo comportam objeto, finalidade, mensagem – e, ao comportarem tais caracteres, expressam uma certa relação com o mundo (referência como efeito).

O Diagrama 3, a seguir, sintetiza a reflexão sobre a alteridade no artigo de 1970.

Diagrama 3 – Síntese da reflexão sobre a alteridade em “O aparelho formal da enunciação” (1970)



Fonte: Elaborado pelo autor.

5 O problema do “outro” em Benveniste: intersubjetividade ou diálogo?

Retomemos a nota manuscrita de Benveniste da qual partimos: a afirmação sobre o problema do “outro” ser um problema “frequente, a estudar” admite duas leituras – uma pautada no adjetivo “frequente”; a outra, na construção “a estudar”. Se é verdade que não houve tempo para Benveniste dedicar um “estudo” exclusivo a tal problema, não é menos verdade que este é “frequente” em sua obra, do que dão testemunho os artigos aqui examinados. Representativos de sua

teorização enunciativa, esses textos cobrem diferentes décadas de sua carreira, sendo marcos de um percurso intelectual que vai dos anos 1940 aos anos 1960¹³.

Na introdução deste trabalho, antecipei um ponto cego da argumentação benvenistiana acerca da alteridade: se podemos “definir o ‘tu’ como a **pessoa não subjetiva**, em face da **pessoa subjetiva** que ‘eu’ representa” (Benveniste, [1946]/1966, p. 232, grifo próprio), visto que apenas o “eu” enuncia, como podemos falar em “intersubjetividade” ou em “comunicação intersubjetiva” se a relação “eu-tu” é uma relação não entre “sujeitos”, mas entre uma pessoa subjetiva e uma pessoa não subjetiva? Até onde tenho notícia, problematizações similares foram feitas só por dois leitores de Benveniste.

Na França, em 1974, Roland Barthes escreve uma resenha dos *Problemas de linguística geral II* (PLG II), intitulada “Por que gosto de Benveniste”, na qual lemos:

Benveniste deu um corpo científico a uma noção que atingiu a maior importância no trabalho da vanguarda: a enunciação. A enunciação não é o enunciado (evidentemente), e também não é (proposição mais sutil e mais revolucionária) a simples presença da subjetividade no discurso; ela é o acto, sempre renovado, pelo qual o locutor toma posse da língua (se apropria dela, diz justamente Benveniste): o sujeito não é anterior à linguagem; só se torna sujeito na medida em que fala; em suma, não há “sujeitos” (e, portanto, “subjetividade”), há apenas locutores; mais ainda – e é uma instância constante de Benveniste – só há *interlocutores*. (Barthes, [1974/1984]/1987, p. 151).

A despeito da estranha afirmação sobre não haver subjetividade (ora, o próprio Benveniste define esta, em

¹³ Publicado em 1970, “O aparelho formal da enunciação” foi escrito em 1969, último ano de Benveniste em atividade.

1958, como a capacidade do locutor de se situar como sujeito ao enunciar, sendo, pois, a subjetividade uma condição da enunciação – só pode enunciar quem tem essa capacidade locutória), Barthes mostra uma leitura precisa da teorização enunciativa benvenistiana ao sublinhar a não anterioridade do sujeito à enunciação e o fato de não haver “sujeitos”, mas (inter)locutores.

Em artigo anterior à resenha, intitulado “Escrever, verbo intransitivo?” (1970)¹⁴, ao buscar tirar consequências, para a análise literária, da reflexão de Benveniste sobre as correlações de pessoalidade e de subjetividade, Barthes ([1970/1984]/1987, p. 23) já pontuava que “o *eu* daquele que escreve *eu* não é o mesmo que o *eu* que é lido por *tu*”, o que envolve uma “dissimetria fundamental da linguagem”, a qual “começa enfim a inquietar a literatura, fazendo-a perceber que a intersubjetividade, ou, o que talvez seja mais bem dito, a interlocução” não se realiza senão por “uma descida profunda, paciente e muitas vezes tortuosa, ao labirinto do sentido”.

No Brasil, em texto intitulado “Às voltas com o *tu* em Benveniste: uma reflexão sobre a noção de *escuta* em linguística”, Luiza Milano (2020) investiga o estatuto do “tu” no pensamento benvenistiano com vistas a uma problematização linguística da noção de “escuta”. Segundo a pesquisadora, “para Benveniste, *eu* é transcendente a *tu* no sentido em que é sempre eu que enuncia e implanta o *tu* diante de si. Mas o autor lembra que essas posições são inversíveis, isto é, os lugares de *eu* e de *tu* são intercambiáveis nas trocas verbais” (Milano, 2020, p. 81). Pergunta-se, então, Milano (2020, p. 81-82): “a diáde *eu-*

¹⁴ Tais resenha e artigo de Barthes foram publicados separadamente (a resenha, em 1974; o artigo, em 1970) e, mais tarde (em 1984), republicados na coletânea *O rumor da língua*, cuja edição aqui consultada é a portuguesa de 1987. Por isso, as citações diretas indicam três anos: o da edição consultada, a da republicação na coletânea e o da publicação original.

tu valeria (até certo ponto) o mesmo que a díade *tu-eu*?”, visto que “*eu-tu* é posição enunciativa de fala, enquanto *tu-eu* seria posição enunciativa de escuta”. Ao que acrescenta:

Problematizo essa questão porque, como se sabe, segundo Benveniste, enquanto o *eu* é pessoa subjetiva, o *tu* é pessoa não subjetiva. Sempre me intrigou o “pessoa não-subjetiva” contrastando com a necessária “intersubjetividade” na proposta do autor. Então, para se ter intersubjetividade, teremos que lidar com duas subjetividades, ou dois *eus*. Minha pergunta acima anunciada é, então, voltada ao lugar (ou à função) do *tu* no escopo da proposta enunciativa benvenistiana. E é por isso que venho problematizar a instância do *tu*, aparentemente tão passivo em Benveniste... Resumindo, questiono: o *tu* é pessoa? Se é pessoa, como é que pessoa *não subjetiva* se enquadra numa instância *intersubjetiva*? [...]

O *eu* que usa a língua, em Benveniste, é garantido pela atitude de sujeito e pela instauração da situação enunciativa. Por isso é pessoa subjetiva. Mas e o *tu*? O que ele escuta de *eu* não seria também uma posição ou atitude de sujeito em relação à situação enunciativa? Mesmo silente e/ou (aparentemente) não responsivo, ainda ali está o *tu* sob efeito de uma instanciação de discurso. Claramente, ele não está assumindo a palavra para enunciar, mas está em plena atividade interpretativa daquilo que seu interlocutor proferiu. Nessa condição, o alocutário, ao sofrer ativamente os efeitos produzidos por um (inter)locutor, é um *eu* (subjetivo, portanto) ou é um *tu* (pessoa não subjetiva, nesse caso)? (Milano, 2020, p. 82-83).

Os textos de Barthes ([1970/1974/1984]/1987) e de Milano (2020) envolvem movimentos retrospectivos e prospectivos atinentes a algumas ideias de Benveniste sobre a alteridade. Retrospectivos, na medida em que buscam compreender a elaboração dessas ideias pelo linguista. Prospectivos, na medida em que procuram elaborar, eles próprios, novas ideias sobre

outros temas (a análise literária, no caso do primeiro; a escuta, no caso da segunda¹⁵). Dos textos de Barthes, destacam-se a recusa à ideia de “sujeitos” (no plural) e a consequente colocação sob suspeita do termo “intersubjetividade” (preterido em favor do termo “interlocução”). Do texto de Milano, destaca-se o contraste flagrado entre a não subjetividade atribuída à pessoa “tu” e a intersubjetividade atribuída às pessoas “eu” e “tu” tomadas em relação.

Se, nas seções anteriores, detive-me em análises individuais dos quatro textos de Benveniste aqui selecionados, examinando como o problema do “outro” é abordado em cada um, nesta seção final, volto-me para uma análise de conjunto desses artigos. Trata-se de propor uma leitura do referido problema não na teoria da linguagem benvenistiana como um todo, mas em uma parte de tal teoria: a teorização enunciativa – e, no interior desta, nas reflexões mais centradas nas noções de “pessoa” e de “intersubjetividade/diálogo”.

Do estudo de 1946 ao trabalho de 1970, passando pelos escritos de 1956 e de 1958, acompanhamos uma elaboração cada vez mais refinada sobre “*a marca [empreinte] do homem na linguagem, definida pelas formas linguísticas da ‘subjetividade’*” (Benveniste, 1966), conforme lemos no prefácio aos *Problemas de linguística geral I* (PLG I). Tal elaboração teórica acerca do “eu” não deixou de incidir sobre o “tu”. E teria como ser diferente? Poder-se-ia dizer dessas duas noções e de suas noções correlatas o mesmo que diz Benveniste sobre a “forma” e o “sentido”: “eu” e “tu”, “pessoa subjetiva” e “pessoa não subjetiva”, “locutor” e “alocutário”, “subjetividade” e “intersubjetividade/diálogo”,

¹⁵ Igualmente prospectivos são os estudos de Silva e Oliveira (2021), de Oliveira (2022b, p. 283-289) e de Silva e Chacon (2023), sobre o vir a ser falante e o vir a ser escrevente, estudos que apresentam teorizações enunciativas acerca da relação “eu-tu” na escuta e na leitura, elaborando ideias próprias a partir de ideias benvenistianas.

“enunciação” e “alocução”, “referência” e “correferência” são pares de noções gêmeas, não sendo possível pensar uma noção de cada par sem pensar a outra noção do mesmo par.

Ausente em “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (1946), o termo “intersubjetividade” é introduzido em “A natureza dos pronomes” (1956), sob a forma adjetiva na expressão “comunicação intersubjetiva”. Retomado em “Da subjetividade na linguagem” (1958), sob a forma substantiva na expressão “condição de intersubjetividade”, tal termo aí mostra uma acepção distinta daquela que assumia dois anos antes: se “comunicação intersubjetiva” concerne mais a um efeito da enunciação (logo, a ela posterior), “condição de intersubjetividade” concerne mais a um fundamento da enunciação (a ela anterior, então). Acepções diferentes, mas não mutuamente excludentes: ainda no texto de 1958, encontra-se a expressão “comunicação linguística”, que, associada à expressão “condição de intersubjetividade”, não parece ter outra acepção senão a mesma da expressão “comunicação intersubjetiva” do artigo de 1956 – “[O discurso] é a língua enquanto assumida pelo homem que fala e sob a condição da *intersubjetividade*, única que torna possível a comunicação linguística” (Benveniste, [1958]/1966, p. 289). Condição de intersubjetividade, por um lado; comunicação intersubjetiva/comunicação linguística, por outro lado: **condição** e **efeito** da enunciação – ou do “discurso enquanto língua assumida pelo homem que fala”.

De acordo com Ono (2018), “Benveniste teria começado a redação das ‘Observações’ mais cedo que a de ‘A natureza dos pronomes’. Um dos índices disso é o adjetivo ‘intersubjetivo’: é uma noção que Benveniste toma emprestada de Lacan, após ter lido o ‘Discurso de Roma’” (Ono, 2018, p. 44, nota 2¹⁶).

16 A autora refere-se, aqui, ao artigo “Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana”, publicado em 1956, no mesmo ano em que “A natureza dos pronomes”. Acrescenta Ono (2018) que “Observações” foi um texto encomendado a

Nesse texto fundador do retorno lacaniano a Freud, a estudiosa contabiliza 17 ocorrências dos termos “intersubjetividade” e “intersubjetivo”. E em Benveniste, quantas ocorrências há desses termos? Nos PLG I, há quatro ocorrências: uma em “Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana” (1956), uma em “A natureza dos pronomes” (1956), uma em “Da subjetividade na linguagem” (1958) e uma em “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística” (1963). Nos PLG II, há outras quatro ocorrências: três em “A linguagem e a experiência humana” (1965) e uma em “Semiologia da língua” (1969).

Mais frequente, nos textos benvenistianos, é o termo “diálogo”. Nos PLG I, há oito ocorrências: uma em “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (1946), uma em “A frase nominal” (1950), três em “Comunicação animal e linguagem humana” (1952), duas em “Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana” (1956) e uma em “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística” (1963). Nos PLG II, há treze ocorrências: uma em “O antônimo e o pronome em francês moderno” (1969) e doze em “O aparelho formal da enunciação” (1970).

Não se trata, aqui, de examinar uma a uma dessas ocorrências em seus respectivos contextos – mesmo porque, dos textos mencionados, apenas quatro foram submetidos a exame no presente estudo. Trata-se, antes, de ressaltar a discrepância, em termos numéricos, entre o termo “intersubjetividade” e o termo “diálogo”, tendo este quase o triplo de ocorrências relativamente àquele. Além dessa discrepância, outro fator que faz a balança pender para o lado do termo “diálogo” é o fato de este ser, dos dois, o mais frequente no “último Benveniste” (Ono, 2007, p.

Benveniste pelo psicanalista Jacques Lacan.

32) – vide as surpreendentes doze ocorrências terminológicas no artigo de 1970.

Entretanto, nenhum fator pesa mais nessa balança do que a impropriedade do termo “intersubjetividade” face à proposta de Benveniste. Afinal, se, como ressalta Barthes ([1970/1974/1984]/1987), não há “sujeitos” existentes antes e independentemente da enunciação e se, como sublinha Milano (2020), para se ter “intersubjetividade”, dever-se-ia lidar com duas “subjetividades” ou com dois “eus”, caem por terra expressões como “condição de intersubjetividade” e “comunicação intersubjetiva”. Isso porque tanto não existem “sujeitos” previamente à enunciação para que a “intersubjetividade” fosse desta uma condição logicamente anterior quanto não há “sujeitos” (no plural) posteriormente a tal ato para que a comunicação aí instaurada fosse “intersubjetiva”; o que há, no **só-depois** do enunciar, é o sujeito (no singular).

Efeito da enunciação, o sujeito dela desponta como uma “construção linguística particular”, um “sistema de referências internas”, uma “instância linguística/de forma”, uma “instância do ‘eu’ como referido” – enfim, uma posição subjetiva resultante do ato enunciativo do locutor enquanto “indivíduo que enuncia”, “instância de discurso”, “instância do ‘eu’ como referente”. É o locutor quem, ao enunciar, realiza o que, anteriormente à sua enunciação, não é senão uma virtualidade: o sistema da língua. Nessa atualização, ele situa a si como “eu”, o alocutário como “tu”, a referência como o “ele”, o espaço como o “aqui” e o tempo como o “agora”. Por isso, “a presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interna” (Benveniste, [1970]/1974, p. 82). Em outras palavras: o “eu” é sempre aquele que situa a si

e ao outro no discurso; o “tu” é sempre aquele que é aí situado (“alocutado”). As figuras da enunciação não são, pois, nem iguais nem simétricas, mas diferentes e dissimétricas.

No entanto, se as expressões “condição de intersubjetividade” e “comunicação intersubjetiva” mostrassem-se impróprias do ponto de vista terminológico, o mesmo não se pode dizer do ponto de vista nocional. De fato, uma ideia forte de Benveniste, que perpassa distintos textos seus, dos quais aqueles aqui discutidos não dão senão uma amostra, é a ideia de que a enunciação não é um ato solipsista, governado por uma “consciência” enclausurada em si mesma, ato que seria qualquer coisa como um “marco zero” da linguagem. Tudo o que antes se afirmou sobre a transcendência do “eu” relativamente ao “tu” não concerne senão à temporalidade enunciativa, ao *tempus instans* que Benveniste retoma de Quintiliano (Coquet, [1997]/2013, p. 113), o tempo ancorado no *hic et nunc* de cada enunciar. Trata-se de uma transcendência instantânea, fugaz, efêmera, coextensiva ao “aqui-agora” e que desvanece tão logo a enunciação se produz, dando lugar a um novo ato enunciativo – seja do mesmo locutor, seja do alocutário, quando toma a palavra para enunciar como locutor. Momento em que acederá, então, à posição de “sujeito”, deixando de ser o “tu” do discurso anterior e passando a ser o “eu” do discurso atual, durante cuja instanciação será a pessoa transcendente, porque aquela que situa (pessoa subjetiva) e não mais aquela que é situada (pessoa não subjetiva) – “pessoa” aí entendida como posição discursiva instaurada no exercício da linguagem. Logo, tanto quanto a inversibilidade “eu-tu”, a transcendência “eu/tu” é um **efeito da enunciação**, sendo ambas atualizações da complementaridade “eu-tu” enquanto **condição da enunciação**.

Se os termos “intersubjetividade” e “intersubjetivo(s)” não convêm nessa proposta que vincula a subjetividade à possibilidade de enunciar, possibilidade facultada unicamente à pessoa subjetiva (“eu”) e não às duas pessoas do discurso, mas se é forte a ideia de que há uma relação logicamente anterior e uma relação logicamente posterior à enunciação, por quais termos, então, substituir “condição de intersubjetividade” e “comunicação intersubjetiva”? Ora, as alternativas se nos apresentam sob a pena do próprio Benveniste. Em “Da subjetividade na linguagem” (1958), há, de uma parte, as expressões “condição de diálogo/condição fundamental da polaridade das pessoas” e, de outra parte, as expressões “processo de comunicação/consequência totalmente pragmática”. Em “O aparelho formal da enunciação” (1970), há, por um lado, o termo “estrutura fundamental” e, por outro lado, os termos “quadro figurativo da enunciação/estrutura do diálogo”.

Dessas expressões, detenhamo-nos em duas: “condição de diálogo” e “estrutura do diálogo”. A condição de diálogo tem uma **anterioridade lógica** ao ato enunciativo, sendo a sua matriz geradora, visto que “Eu não emprego *eu* senão me dirigindo a alguém, que será, na minha locução, um tu. É essa condição de diálogo que é constitutiva da *pessoa*, pois implica reciprocidade – que eu me torne *tu* na locução daquele que, por sua vez, designa-se por *eu*” (Benveniste, [1958]/1966, p. 260). Já a estrutura do diálogo tem uma **posterioridade lógica** ao ato enunciativo, correspondendo ao quadro figurativo por este instalado, ao “processo de comunicação” enquanto “consequência totalmente pragmática” da “polaridade das pessoas [, que] é na linguagem a condição fundamental” (Benveniste, [1958]/1966, p. 262). No

lugar de “condição de intersubjetividade” e de “comunicação intersubjetiva”, poder-se-ia, assim, falar em “condição de diálogo” e em “estrutura do diálogo”, respectivamente.

Ambas as expressões, “condição de diálogo” e “estrutura do diálogo”, dão ao termo “diálogo” “a eficácia de sua etimologia: o grego *dia-* implica o movimento, a passagem, a circulação” (Dessons, 2006, p. 47). Há, porém, uma diferença: a expressão “condição de diálogo” diz da **possibilidade** do movimento, da passagem, da circulação; por sua vez, a expressão “estrutura do diálogo” diz da **atualização** dessa possibilidade e, por conseguinte, de um movimento, uma passagem, uma circulação já instanciados no *tempus instans*.

Todavia, em “O aparelho formal da enunciação” (1970), encontram-se duas outras expressões que poderiam contradizer as expressões “condição de diálogo” e “estrutura do diálogo” tais como entendidas nos dois parágrafos anteriores. Ao caracterizar o monólogo, Benveniste, primeiro, defende que ele “deve ser situado, não obstante a aparência, como uma variedade do diálogo, **estrutura fundamental**”¹⁷ (Benveniste, [1970]/1974, p. 85, grifo próprio) e, depois, sustenta que situações dialógicas como essa “exigiriam uma dupla descrição, de forma linguística e de **condição figurativa**” (Benveniste, [1970]/1974, p. 86, grifo próprio). Os termos “estrutura” e “condição”, nas expressões “estrutura fundamental” e “condição figurativa”, parecem ter acepções distintas daquelas que têm nas expressões “estrutura do diálogo” e “condição de diálogo”. Em “estrutura fundamental”, o adjetivo “fundamental” permite-nos compreender o substantivo “estrutura” como equivalente a “polaridade”: trata-se de uma estrutura de dois polos (as pessoas

¹⁷ Esse termo não foi problematizado na seção anterior, reservada ao artigo de 1970, mas o será nos parágrafos seguintes.

“eu” e “tu”) fundante da enunciação e, logo, anterior a ela. Em “condição figurativa”, o adjetivo “figurativa” possibilita-nos entender o substantivo “condição” como correspondente a “quadro” em “quadro figurativo”: trata-se de uma condição em termos não de anterioridade lógica, mas de relação discursiva com o parceiro tal como configurada em uma dada situação dialógica projetada pela enunciação e, assim, posterior a esta (a exemplo da relação entre as figuras “eu locutor” e “eu ouvinte” na situação do monólogo).

Dito de outro modo, se pertinente for a leitura aqui proposta, a estrutura fundamental/condição **de** diálogo envolveria uma reciprocidade estruturante (polaridade fundamental), ao passo que a condição figurativa/estrutura **do** diálogo consistiria em uma reciprocidade estruturada (consequência pragmática). Essa distinção entre algo logicamente anterior e algo logicamente posterior ao enunciar subjaz a outra passagem do artigo de 1970: “Contenta-se muito facilmente com a invocação da frequência e da utilidade práticas da comunicação entre os indivíduos para se admitir a situação de diálogo como resultando de uma **necessidade** e se dispensar de analisar as suas **múltiplas variedades**” (Benveniste, [1970]/1974, p. 85, grifo próprio). A meu ver, as expressões “necessidade” e “múltiplas variedades” não são senão outros modos de referir-se, respectivamente, à “condição de diálogo” (sempre necessária) e à “estrutura do diálogo” (sempre múltipla e variável).

Considerações finais

Neste artigo, propus-me a submeter a um exame crítico o problema do “outro” na teorização enunciativa de Émile Benveniste voltada às noções de “pessoa” e de “intersubjetividade/diálogo”. Na origem dessa empreitada, estão uma mudança de atitude e duas fagulhas teóricas.

“Quem tem medo da língua?” – é uma pergunta que, um dia, interpelou Normand (2009, p. 100) e nela provocou uma mudança de atitude em relação à sua prática de pesquisa. “Quem tem medo da autocrítica? E da crítica a seu teórico de cabeceira?” – são perguntas que, hoje, interpelam-me e em mim provocam uma mudança de atitude em relação à *minha* prática de pesquisa. Como antecipado na introdução, essa mudança de atitude teve duas fagulhas teóricas, uma interna e outra externa.

A fagulha interna diz respeito à interpretação de que, se, na teorização enunciativa benvenistiana, o “tu” é privado dos traços de subjetividade (interioridade e transcendência), privação que faz dele uma pessoa não subjetiva em face da pessoa subjetiva “eu”, e se cada um dos locutores se situa alternadamente como sujeito (devido ao traço pessoal da inversibilidade), então não há dois “sujeitos”, mas um só, efeito da enunciação de um locutor por vez. De fato, os resultados das análises individuais e de conjunto dos quatro textos benvenistianos aqui focalizados permitem sustentar duas conclusões. Primeira conclusão: a relação enunciativa define-se em termos não de intersubjetividade (relação entre “sujeitos”), mas de **diálogo** (relação entre locutores). Segunda conclusão: o problema do “outro” é teorizado por Benveniste sob dois ângulos – por um lado, como **condição de diálogo** (polaridade fundamental)

fundante da enunciação e, logo, anterior a ela; por outro lado, como **estrutura do diálogo** (consequência pragmática) instalada pela enunciação e, assim, posterior a ela. Está, pois, certo Roland Barthes, ao suspeitar do termo “intersubjetividade” – ainda que a alternativa a esse termo não seja, como queria o semiólogo francês, o termo “interlocução”, e sim o termo “diálogo”, o mais frequentemente empregado por Benveniste.

Já a fagulha externa mostra que mais preemente ainda é o abandono do termo “intersubjetividade” em estudos enunciativos se levarmos em conta o destino que teve tal termo em estudos da linguagem ulteriores a Benveniste, notadamente (mas não exclusivamente) no campo da aquisição de linguagem. Nesse campo, o termo “intersubjetividade” ganhou peso teórico com Jerome Bruner, psicólogo estadunidense cujas investigações sobre a ontogênese dos atos de fala, nos anos 1970, fortemente influenciadas por perspectivas pragmáticas, defendem uma noção de “intersubjetividade” como reconhecimento das intenções alheias: “A criança apreende a ‘ideia’ de **intersubjetividade** – que os outros têm **intenções**” (Bruner, 1975, p. 8, grifo próprio). Essa noção de “intersubjetividade” é acompanhada por concepções de “criança” e de “outro” enquanto indivíduos empíricos e sujeitos psicológicos que, assimétricos em termos de conhecimento, encontram a simetria na “ação e atenção conjuntas”, promovidas por rotinas comunicativas e por estratégias cognitivas anteriores **ao** e determinantes **do** linguístico. Assim, nessa proposta, não há lugar nem para uma concepção de sujeito como efeito da enunciação nem para uma concepção de língua como sistema cuja ordem própria não só antecede o ato enunciativo, mas também o determina.

Por certo, o termo “intersubjetividade” não tem, em nenhum texto de Benveniste, a acepção que tem na proposta de Bruner. Sempre crítico às “armadilhas do psicologismo” (Benveniste, [1965]/1974, p. 69), o linguista, embora tomando tal termo de empréstimo de Lacan¹⁸ (*cfe.* Ono, 2018), conceitualizou-o linguisticamente. Entretanto, como o presente artigo esforçou-se para demonstrar, a despeito de (ou, talvez, justamente por) ter uma conceitualização linguística na teorização enunciativa benvenistiana, o termo “intersubjetividade” é questionável desde um olhar não de “fora”, mas de “dentro” mesmo dessa teorização.

De maneira similar, não posso deixar de referir, aqui, estudos acerca da constituição da criança enquanto falante e escrevente em sua língua materna que, filiados teoricamente ao pensamento benvenistiano, empregam o termo “intersubjetividade”. No entanto, tal termo comparece, nesses estudos, com acepções que em nada se aproximam daquelas que tem em pesquisas cognitivistas como as de Jerome Bruner. Trata-se dos estudos de Silva (2009, dentre outros) sobre o vir a ser falante e dos meus próprios (Oliveira, 2022b, dentre outros) sobre o vir a ser escrevente.

Com efeito, em vez de um “fogo incinerador que só produz fumaça” – para retomarmos palavras da epígrafe deste texto –, o exame crítico aqui levado a cabo não somente aponta uma alternativa (a pertinência do termo “diálogo” lá onde se lê “intersubjetividade”) para o ponto cego iluminado na argumentação benvenistiana a respeito do problema do “outro”, mas igualmente descortina horizontes que anunciam a possibilidade de que “algo novo venha a nascer” – para novamente retomarmos palavras da epígrafe. Esse “algo novo” demanda que, a partir da autocrítica aqui iniciada em termos

¹⁸ O qual também não tinha uma interpretação psicologizante do termo “intersubjetividade”.

intrateóricos, tenha lugar uma autocrítica em termos teórico-analíticos no âmbito de meus estudos aquisicionais filiados a Benveniste. Tal reflexão não poderá deixar de problematizar os termos “intersubjetividade”, “diálogo” e “alteridade” como até então teorizados prospectivamente nesses estudos.

Em “Natureza do signo linguístico” (1939), após levar a cabo, ele próprio, um exame crítico – no caso, da doutrina saussuriana do signo linguístico –, Benveniste conclui: “Talvez o melhor testemunho da fecundidade de uma doutrina seja engendrar a contradição que a promove. Restaurando-se a verdadeira natureza do signo no condicionamento interno do sistema, reforça-se, para além de Saussure, o rigor do pensamento saussuriano” (Benveniste, [1939]/1966, p. 55). Ecoando tais palavras, poderíamos concluir este texto parafraseando o mestre sírio-francês sobre o mestre suíço: restaurando-se a verdadeira natureza do problema do “outro” no âmbito da teorização enunciativa, reforça-se, para além de Benveniste, o rigor do pensamento benvenistiano.

Referências

- ARESI, Fábio. *Síntese, organização e abertura do pensamento de Émile Benveniste: uma exegese de O aparelho formal da enunciação*. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale 1*. Paris: Gallimard, 1966.
- BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale 2*. Paris: Gallimard, 1974.
- BENVENISTE, Émile. *Baudelaire*. Limoges: Éditions Lambert-Lucas, 2011.
- BRUNER, Jerome. The Ontogenesis of Speech Acts. *Journal of Child Language*, v. 2, n. 1, p. 1-19, 1975.
- CAPT, Vincent. L'autre du signe, “Problème de l'autre” à partir du Baudelaire de Benveniste. In: BEDOURET-LARRABURU, Sandrine; LAPLANTINE, Chloé. *Émile Benveniste: vers une poétique générale*. Pau: Presses Universitaires de Pau et des Pays de l'Adour, 2015. p. 203-216.
- COQUET, Jean-Claude. *Em busca do sentido*. Martins Fontes: São Paulo, 2013. Obra original publicada em 1997.
- DESSONS, Gérard. *Émile Benveniste, l'invention du discours*. Paris: Éditions in Press, 2006.
- DE LEMOS, Cláudia Thereza Guimarães de. Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 42, p. 41-69, jan./jun., 2002.
- HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. *Langages*, n. 24, p. 93-106, 1971.

LAPLANTINE, Chloé. *Émile Benveniste: poétique de la théorie*. Publication et transcription des manuscrits inédits d’une poétique de Baudelaire. 2008. Thèse (Doctorat en Linguistique) – Université Paris 8, Paris, 2008a.

LAPLANTINE, Chloé. *Annexes*. Fascicule 1 – Transcription diplomatique et reproduction des manuscrits inédits d’une poétique de Baudelaire par Emile Benveniste. 2008. Thèse (Doctorat en Linguistique) – Université Paris 8, Paris, 2008b.

LAPLANTINE, Chloé. *Émile Benveniste, l’inconscient et le poème*. Limoges: Éditions Lambert-Lucas, 2011.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso* – (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003. Obra original publicada em 1990.

MILANO, Luiza. Às voltas com o tu em Benveniste: uma reflexão sobre a noção de escuta em linguística. In: OLIVEIRA, Giovane Fernandes; ARESI, Fábio (org.). *O universo benvenistiano: enunciação, sociedade, semiologia*. 1. ed. Pimenta Cultural, 2020. p. 75-91.

MILNER, Jean-Claude. *Le périple structural*. Lagrasse: Verdier/Poche, 2008.

NORMAND, Claudine. *Convite à Linguística*. São Paulo: Contexto, 2009. Obra original publicada em 1997.

OLIVEIRA, Giovane Fernandes. *O problema da referência em Émile Benveniste*. Curitiba: Appris, 2022a.

OLIVEIRA, Giovane Fernandes. *Do homo loquens ao homo loquens scriptor: por uma perspectiva semiológico-enunciativa da aquisição da escrita*. 2022. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022b.

OLIVEIRA, Giovane Fernandes. A alteridade na aquisição da língua materna: um olhar retrospectivo. *Revista de Estudos da Linguagem* (UFMG), no prelo.

ONO, Aya. *La notion d'enonciation chez Émile Benveniste*. Limoges: Lambert-Lucas, 2007.

ONO, Aya. Prépositions, verbes pronominaux et voix moyenne: un nouveau point de vue sur la subjectivité langagière d'Émile Benveniste. L'enunciazione, la soggettività, il tempo e il confronto con altri autori, *Blityri*, v. II, n. 2, p. 39-58, 2018.

PÊCHEUX, Michel. Sur la (dé-)construction des théories linguistiques. *Documentation et recherche en linguistique allemande contemporain - Vincennes*, n. 27, p. 1-24, 1982.

PÊCHEUX, Michel. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5. ed. Campinas: Editora Unicamp, 1997. p. 293-308. Obra original publicada em 1975.

SILVA, Carmem Luci da Costa. *A criança na linguagem: enunciação e aquisição*. Campinas: Pontes, 2009.

SILVA, Carmem Luci da Costa; OLIVEIRA, Giovane Fernandes. Nos rumores da língua: a escuta entre as enunciações falada e escrita da criança. *Conexão Letras*, v. 16, n. 25, p. 165- 190, 2021.

SILVA, Carmem Luci da Costa; CHACON, Lourenço. Formas sonoras e sentidos na aquisição da linguagem: a escuta como ocupação de lugar enunciativo. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 67, 2023.